

### ----- Capítulo 3 - Alguns trajetos interrompidos

Mais um dia de trabalho intenso na oficina de sapataria em que Jerônimo estava empregado. No fim do dia ele retornaria para sua casa na Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia. Este era um local da cidade bastante freqüentado por reunir grande parte do comércio da cidade e ser um dos pontos de acesso a outras freguesias. Circulando pelas ruas e becos desta freguesia era possível encontrar outros trabalhadores que também exerciam algum ofício ou que se dedicavam a ocupações diversas relacionadas com o comércio.

Ter um ofício era algo do qual Jerônimo deveria se orgulhar: ser sapateiro, pedreiro, carpinteiro ou dominar qualquer outro ofício mecânico faria dele alguém com melhores possibilidades de acumular um pecúlio e, com algum esforço, quem sabe um dia teria a sua própria “oficina de porta aberta” no centro. Outros poucos tinham conseguido tal feita, e ele também deveria sonhar ser um deles no futuro.

Este era Jerônimo Emiliano Borges, natural da cidade da Bahia e filho natural da crioula Eleuteria, moradora na Calçada do Bonfim. Um jovem sapateiro que foi preso “por estar deitado nos afluentes do Largo do Teatro” à uma hora da noite do dia 14 de dezembro de 1858, depois de ser descoberto por um oficial de polícia que o considerou suspeito e o deteve.<sup>166</sup>

Naquela semana ele não havia se encontrado com sua mãe, como de costume. Na delegacia de polícia declarou ter dezoito anos, profissão e residência. Perguntado pelo

---

<sup>166</sup> Arquivo Público da Bahia, Seção Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6505, 1858.

chefe de polícia, Antônio Manoel de Aragão e Mello, por que razão não morava com a mãe, explicou que para estar mais próximo do trabalho dividia uma morada com uma outra pessoa porque sua mãe morava longe e ele tinha que trabalhar na cidade, ou seja, no centro da cidade. Portanto, a solução era morar na cidade em companhia do pedreiro Firmino e aos sábados ia para casa da sua mãe na Calçada.

Sobre a razão de não ter ido véspera de sua prisão (sábado) para casa da mãe explicou que tudo aconteceu em função de “uma obra que o ocupou até muito tarde”.<sup>167</sup> Depois dela pronta ainda se dirigiu a casa do mestre Rufino no Caminho Novo, Freguesia da Sé, provavelmente o dono da encomenda, mas não o encontrou em casa. Aguardou e por fim desistiu de esperar.

No dia seguinte, “tendo ido à Barra e voltado de lá depois das 10 horas, chegou a cidade muito mais tarde e encontrando a sua porta fechada e não estando o rapaz com quem mora para abri-la, a fim de não andar pela rua àquela hora, foi deitar-se na frente do Largo do Teatro”.<sup>168</sup> Na sua visão acreditava que “não estava cometendo crime algum”.

No interrogatório também foi perguntado sobre o restante da família e respondeu que só tinha uma irmã “maior (e) casada com um crioulo de nome Florêncio, marceneiro, morador atrás da Sé”. Também informou ser Guarda Nacional do Batalhão de 1º Infantaria da Freguesia da Sé e que o seu comandante Coronel Magalhães, o capitão Jambreiro e o Sargento Lino poderiam atestar sobre sua conduta e prontidão. Encerrando as perguntas da investigação revelou nunca ter sido preso.<sup>169</sup>

Na visão do policial que efetuou a prisão, Jerônimo poderia ser apenas mais um suspeito que transitava na cidade de Salvador à noite, contrariando as recomendações

---

<sup>167</sup> APB, Polícia, maço 6505.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem.

policiais e as posturas que restringiam a circulação de pessoas na rua, especialmente àquelas horas da noite. A abordagem policial certamente buscava deter aqueles que considerassem vadios e pretendia evitar a repetição deste tipo de comportamento, que na visão de chefes de polícia, delegados e subdelegados, por exemplo, em nada se adequava ao que se esperava de um trabalhador honesto – ainda que este não fosse o entendimento que todas as pessoas tinham sobre a questão. Não foi por mero acaso que a abordagem foi feita à uma hora da manhã: todas as disposições sobre controle social requeriam o policiamento constante e ostensivo das ruas, mesmo que o contingente policial não fosse suficiente para tal empreitada.

Aliás, no depoimento esta foi a visão que o suspeito procurou passar a todo o momento. Primeiro declarando ter ofício e emprego, afastando a possibilidade de ser confundido com um vadio. Depois, demonstrando ser um bom filho ao declarar que nos fins-de-semana se deslocava para Calçada a fim de estar com a mãe. Por fim, comprovando bom caráter ao viver por sua própria conta no centro da cidade.

Citar que a irmã era casada com um homem que tinha ofício e com residência fixa também reafirmava o pertencimento a uma família exemplar e com comportamento social esperado e aprovável. Jerônimo soube dar as respostas esperadas e certamente fechar o depoimento afirmando ser membro da Guarda Nacional pode ter rendido algum prestígio junto ao chefe de polícia. A esta altura ele já não deveria mais ser tão suspeito como se imaginava no ato da prisão.

Neste capítulo vamos discutir os itinerários construídos a partir do cotidiano do trabalho, tomando como suporte o deslocamento das pessoas, como Jerônimo, que se dirigiam de casa para o trabalho e, a partir de seus passos, perceber como os principais roteiros estavam presentes nos momentos de divertimento de libertos e cativos que

buscavam reinventar suas histórias. Para isso, mulheres e homens desafiavam as posturas municipais e os ideais de civilidade que se construía na cidade.

Nem sempre as disposições eram cumpridas conforme o rigor exigido, mas para as autoridades policiais era fundamental acompanhar os passos das pessoas na rua e saber o máximo possível sobre seus costumes, para que fosse possível colocar as leis e o entendimento de ordem estabelecido para a cidade em prática. A prisão do jovem sapateiro buscava cumprir este fim e acabou apontando uma estratégia de sobrevivência que funcionava para ele, mas que também poderia ser a realidade de inúmeros vizinhos na Preguiça ou em outras ruas da Freguesia da Conceição da Praia que, como ele, precisavam morar mais próximo do trabalho.

Esta circulação constante de conhecidos e desconhecidos pelas ruas da cidade, de dia ou de noite, alimentava a curiosidade dos inspetores de quarteirão e a desconfiança de chefes de polícia, que procuraram aprimorar mecanismos para controlar os sujeitos que estavam nas ruas. Soluções que, a exemplo daquelas contra os ajuntamentos, nem sempre resultaram em êxito; porém independentemente do resultado obtido cabia aos guardas estar nas ruas para

Rondar constante e atentamente seus respectivos distritos; neste serviço, e mesmo fora dele, deverá dar parte, quando qualquer for suspeito de pretender cometer algum crime; e quando não tenham verificado esta suspeita, mas concebam por quaisquer circunstâncias, que tenham observado, deverão comunicá-las aos dois distritos vizinhos chamando a atenção deles sobre o suspeito, afim de que pela combinação dessas observações se chegue a um resultado em favor ou contra os suspeitos, dando de tudo conta, como lhes cumpre.<sup>170</sup>

---

<sup>170</sup> APEB, Colonial, Chefe de polícia, correspondência, maço 2946, 1857, Art 5º, capítulo 8º.

Mesmo com o passar do tempo o entendimento das autoridades policiais ainda era o de continuar a reprimir o ajuntamento de pessoas. Estes, independente do período, sempre foram perseguidos com muito interesse pela polícia, mas nunca deixaram de existir em becos, ruelas e praças diversas da cidade, como os que veremos adiante com a ajuda de alguns mapas.

Na década de 1880, os mapas de prisão produzidos pela Companhia Permanente da Polícia, no mês de junho de 1887, flagraram alguns indivíduos envolvidos em situações consideradas tão suspeitas como aquela em que Emiliano se encontrava. A partir dos dados recolhidos nas rondas dos guardas outros casos puderam ser identificados, o que no conjunto faz suspeitar de que se tratava de pontos em que a vigilância parecia ser mais constante, com isto foi possível identificar uma amostragem em que 5 casos referiam-se a dormir na rua e outros 41 a vagar sem destino, distribuídos conforme a tabela abaixo.<sup>171</sup>

Thomaz Aquino do Nascimento, Asterio Torres, João Paulo e Clementino de Souza Leite estavam juntos no dia 1º de junho de 1887 quando foram surpreendidos dormindo no Estaleiro da Preguiça, Freguesia da Conceição da Praia às 10 horas da noite.<sup>172</sup> Nenhum deles declarou ofício, mas tratava-se de quatro libertos - três deles pardos e um crioulo. Poderiam, dentre outras coisas, trabalhar nas proximidades descarregando carga nos inúmeros depósitos distribuídos por toda freguesia e cansados do trabalho pararam para descansar antes da abordagem policial.

Apesar de quase todas as prisões terem ocorrido com a população negra da cidade, nenhum “preto”, modo como os africanos são mencionados na documentação, foi detido sob uma das duas acusações tratadas aqui. No entanto, entre os brancos encontramos

---

<sup>171</sup> APB, Colonial, Polícia, maço 6506, Mapa de prisão, 1880.

<sup>172</sup> APB. Mapa de prisão, 1º de junho de 1887.

alguns casos, como o do italiano Rozario Reine que estava acompanhado de outros dois patrícios seus: João Reine e Miguel Ventriz. Todos foram detidos em plena madrugada no Comércio acusados de serem vagabundos. O outro branco que se meteu em encrenca com a polícia por ser suspeito de vagabundagem foi o marítimo Alfredo Francisco da Costa preso às 12 horas da noite nas redondezas da Freguesia do Pilar, sob ordem do subdelegado daquela freguesia.<sup>173</sup>

A prisão de grupos não foi um fato muito comum nos mapas pesquisados, mas um caso envolvendo escravos chamou a atenção. No dia 16 de junho, já próximo dos festejos de São João, um grupo de seis homens foi surpreendido pelos policiais da Freguesia de Santo Antônio acusados de serem vagabundos. Entre os integrantes do grupo estavam 4 dos 6 escravos que aparecem na tabela da página seguinte na qual estão discriminadas a condição dos presos.<sup>174</sup>

Antero, Apolônio, Sebastião e Joaquim eram ganhadores e estavam acompanhados do também ganhador João Nazareth Ramos e do carroceiro Pedro Celestino, ambos livres. O que não se sabe é o que faziam no Barbalho às 9:30 horas da noite.

CRIME	CONDIÇÃO			TOTAL
	Escravo	Livre	Liberto	
Dormir no estaleiro da preguiça	0	5	0	5
Vagar sem destino / vagabundo	6	34	0	40
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>45</b>

Tabela 6 Crime x condição  
Fonte: Mapa de prisão - APB - maço 6506, jun - 1887.

<sup>173</sup> APB. Mapa de prisão, 19 e 22 de junho de 1887.

<sup>174</sup> APB. Mapa de prisão, 16 de junho de 1887. Nenhum destes ganhadores foi localizado nos registros do livro de ganhadores do Bairro Comercial.

Francisco Fernandes de Souza foi outro escravo preso na Freguesia do Pilar no dia seguinte. Este andava pelo Riachuelo no momento da abordagem policial. O último escravo que aparece na tabela acima, Julião da Costa Gama, “vagava sem destino” no Largo da Piedade, Freguesia de São Pedro, e foi o último preso no dia, aliás, noite de 18 de junho.<sup>175</sup>

Em meio aos registros o único caso de reincidência registrado foi o de Jerônimo Pereira, um cabra livre sem ofício declarado, que foi preso na Freguesia do Pilar sob acusação de ser vagabundo. Nos dias 20 e 21 de junho ele foi detido no mesmo local e horário.<sup>176</sup>

Até aqui Pilar, São Pedro e Conceição apareceram repetidas vezes nas prisões e sempre em locais de grande circulação de pessoas durante o dia e a noite. Estes são também pontos em que tabernas, botequins e pequenas hospedarias estão localizadas, o que nos faz supor que uma parte considerável das pessoas presas podiam estar nas redondezas retornando para de suas casas ou quartos alugados, em busca de encontros amorosos ou alguma comemoração. É possível que simplesmente tenham se recusado a dar satisfações do que faziam. Este seria um bom motivo para que os policiais os enquadrasse como vagabundos, mas também seria possível que algum destes que vagavam pelas ruas se preparassem para algum “ato ilícito”. Na dúvida, os praças desconfiavam de todos.

De acordo com Wlamyra Albuquerque, entre os anos de 1860 a 1870 o debate em torno dos prejuízos que o fim do tráfico Atlântico causou deu lugar às propostas sobre as saídas possíveis de uma sociedade escravista. A partir da década de 1870, quando o

---

<sup>175</sup> APB. Mapa de prisão, 18 de junho de 1887. Seu registro foi o de número 30 em dia de 28 escravos presos, dentre eles o grupo de escravos detidos por desordem apresentados no capítulo 1.

<sup>176</sup> APB. Mapa de prisão, 20 e 21 de junho de 1887.

alastramento dos ideais abolicionistas por todo Brasil, a rebeldia dos cativos e a crescente ingerência do Estado Imperial nas relações escravistas, as tensões e incertezas sobre o desfecho destinado à questão servil no Brasil tiveram crescimento.<sup>177</sup>

Isto ficou evidente nas resoluções dos Presidentes e Deputados da Assembléia da Província da Bahia que legislaram, especialmente no decorrer do século XIX, sobre que trabalho, lazer, emancipação, instrução e outros assuntos que diziam respeito a africanos, escravos e seus descendentes. Leis, decretos e regulamentos que os Chefes de Polícia, delegados, subdelegados buscaram cumprir tamanha a extensão da documentação policial e das múltiplas acusações sobre os quais a população negra podia ser enquadrada já que as autoridades policiais acreditavam que sobre ela residia o anseio pelas infrações e crimes.

Como a maioria das autoridades entendia que este seria um comportamento próprio daqueles que experimentaram o cativeiro e de seus descendentes sobre eles incidiu uma incômoda vigilância. Mas, nem todas as autoridades policiais tinham o mesmo entendimento sobre a população negra, um exemplo disso foi a atuação dos Chefes de Polícia Virgílio Silvestre Farias (1880 – 1881) e Manuel Caetano de Oliveira Passos (1881 – 1882). Para Brito, eles tiveram uma atuação que pode ser enquadrada como anti-escravista ou, no mínimo, simpatizante pelo conjunto de medidas adotadas para beneficiar escravos sob suas custódias: solicitavam pedidos de liberdade por abandono e intercederam em favor de tratamentos médicos para os escravos presos.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> Wlamyra Ribeiro Albuquerque. A exaltação das diferenças: Racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900), (tese de doutorado), Unicamp, 2004. Segundo Hebe Maria Matos muitas motivações levaram as autoridades a decidir por fim ao comércio de escravos e futuramente ao fim da escravidão. Sobre o fim do tráfico a autora esclarece que “as fazendas repletas de escravos, o endividamento de alguns fazendeiros com o comércio negreiro, o isolamento político brasileiro no panorama internacional, diante da pressão inglesa, e o temor gerado por repetidas rebeliões de escravos africanos na Bahia, como a famosa Revolta dos Malês, em 1835.” Hebe Maria Matos. “A face negra da abolição” in *Revista Nossa História*, ano 2, nº 19 (maio), Rio de Janeiro, 2005.

<sup>178</sup> BRITO, “A abolição na Bahia...”, p. 214 – 217.



Retomando os casos das prisões, como estas nem sempre estavam seguidas de interrogatórios, como no caso de Jerônimo Emiliano Borges, uma parte das histórias fica perdida, mas não o suficiente para nos fazer perder o fio da meada das ruas e roteiros importantes. Roteiros estes construídos de acordo com as andanças de ilustres anônimos, como Lucia, Alexandrina, Maria da Conceição, Emeliana e Maria Euzebia, que foram as cinco únicas mulheres presas durante todas as rondas feitas. Todas elas foram enquadradas por vagar sem destino à noite, em geral depois das 10 horas. Destas, apenas Maria Euzebia da Conceição estava sozinha no 1º distrito de Santana. As demais estavam juntas: Lucia e Alexandrina, cabras, livres e sem ofício declarado, nas Portas da Ribeira por volta das 11 horas da noite; Maria da Conceição e Emeliana, pardas, lavadeiras, foram presas na Soledade.<sup>179</sup>

Se por um lado uma parte dos mapas demarcava os locais em que itinerários foram interrompidos, também apresenta algumas preferências por este ou aquele caminho a ser seguido. O Largo da Piedade e a Praça Riachuelo, por exemplo, se constituíram na segunda metade do século XIX como importantes eixos e circulação de vendedores ambulantes, aguadeiros, mercadores e ganhadores de modo geral. Estes locais vistos assim individualmente não têm muito significado, mas quando observados no conjunto os trajetos de mais pessoas podem significar locais de encontro.

Em muitos casos, estes pontos mencionados, como as praças e largos, acabaram se constituindo como rota obrigatória para muitas pessoas que precisavam comprar as mercadorias que revendiam, para fazer uma refeição rápida nos intervalos entre um serviço e outro ou mesmo para uma conversa no botequim. Então, a passagem por um ponto que poderia parecer isolado, na verdade, não tinha nada de aleatória se

---

<sup>179</sup> APB. Mapas de prisão de 9 e 30 de junho de 1887.

considerarmos que foram escolhidos a partir de um conhecimento prévio dos serviços estabelecidos no seu entorno.

E não eram poucas as tendas, botequins, tavernas e demais casa de mercado público nas quais podiam ocorrer toda sorte de algazaras, jogos proibidos e demora de escravos ou o repertório de leis não teria reeditado algumas vezes a postura que regulamentava o funcionamento destes estabelecimentos.<sup>180</sup> Por outro lado, a possibilidade de lucro encorajava os comerciante a desobedecer as determinações na municipalidade e acabar permitindo tais infrações em diversas ruas da cidade. Sempre em locais de grande circulação, como na Rua da Misericórdia<sup>181</sup> (notas 27 e 32), Rua do Pão de Ló, ambas na Freguesia da Sé; e na Rua do Caes Dourado, Freguesia do Pilar.<sup>182</sup>

Segundo Reis, desde o início do século XIX, como um dos reflexos para prevenir uma outra revolta semelhante a dos Malês, a municipalidade procurou investir em meios mais eficazes de identificação das pessoas que sobreviviam mercadejando nas ruas.<sup>183</sup> Os presidentes de província e chefes de polícia desde então se empenhavam para conter o que identificavam como “a onda sempre crescente da gente sem ocupação que freqüentava as ruas de dia ou de noite”. Uma das propostas para que isso acontecesse foi apresentada por Antero Cícero de Assis, Chefe de polícia em 1870, para que fosse criada uma companhia

---

<sup>180</sup> A postura de 25 de fevereiro de 1831 foi a primeira a instituir “multa de 8000 réis ou quatro dias de prisão ao dono de tendas, botequins, tavernas e mais casas de mercado público que consentisse algazaras, jogos não permitidos por lei e demora dos escravos”. Fundação Gregório de Matos. “Repertório...”, p 48, nº 87. Ao longo do século XIX as infrações de postura apontam para autuações daqueles que permanecem aberto fora da hora determinada ou nos dias considerados santos e as notícias de jornal denunciam os freqüentadores e seu envolvimento em diversos conflitos.

<sup>181</sup> Capítulo 1, notas 27 e 32.

<sup>182</sup> Capítulo 1, nota 33.

<sup>183</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. Ver também as leis nº 14 de 2 de julho de 1835 e nº 582 de 19 de julho de 1855, Regulamentos de 14 de abril de 1836, de 21 de fevereiro de 1849, de 3 de abril de 1856, de 20 de agosto de 1861 e de 17 de junho de 1877.

dedicada exclusivamente ao serviço da cidade e subordinadas ao chefe de polícia.<sup>184</sup> Apenas em 1873 esta companhia foi instalada na cidade, com 117 praças responsáveis pela ronda, mas não durou muito tempo, sendo dissolvida anos depois.<sup>185</sup>

Outra proposta bastante significativa no sentido de tomar conhecimentos sobre o cotidiano das ruas foi o investimento no registro de trabalhadores, em livros específicos, na polícia e em outros casos na câmara ou em ambos. O que de qualquer modo serviria para fins de arrecadação e auxiliava o controle policial. O resultado destes anos de identificação foram os livros de arrecadação, onde deveriam ser registrados os pagamentos dos tributos e licenças referentes à atividades comerciais, funcionamentos de estabelecimentos, venda de mercadorias ou taxas impostas ao exercício de profissões, que se perderam com o tempo, mas o conhecimento dos pontos de maior incidência de pessoas também pôde ser feito pelas matriculas de domésticos e de ganhadores. Assim, o subdelegado, Manoel Joaquim Alexandrino d'Andrade, visto no capítulo anterior, sabia onde ainda existiam funcionários não registrados na polícia. Deste modo, as multas serviriam de estímulo para forçar o registro e para suprir a deficiência de contingente de praças no serviço de rondas, que sempre funcionou de modo precário.

---

<sup>184</sup> Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Bahia pelo excelentíssimo senhor Barão de S. Lourenço, presidente da mesma província, em 6 de março de 1870. Typografia do Jornal da Bahia, Bahia, 1870. Relatório do doutor Chefe de polícia Antero Cícero de Assis, p.12. Localizado em [www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22](http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22), acesso em 15/04/06.

<sup>185</sup> Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Joaquim Pires Machado Portela passou a administração da mês ao 1 vice-presidente Sr. Desembargador João Jose de Almeida Couto no dia 16 de novembro de 1872. Typografia do Correio da Bahia, Bahia, 1873. Localizado em [www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22](http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22), acesso em 15/04/06.

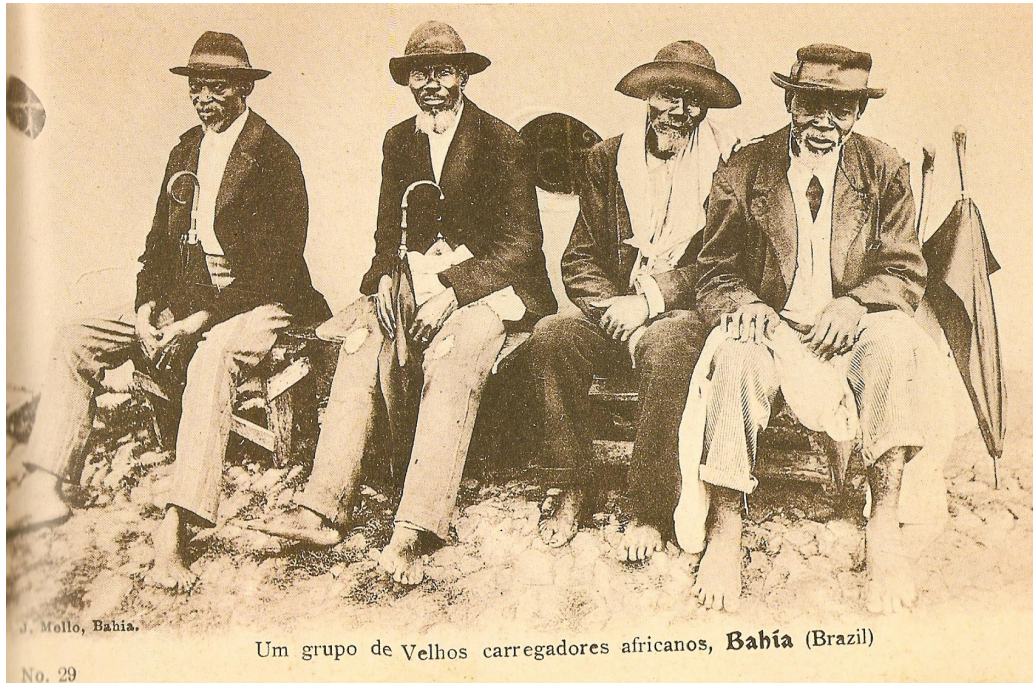


Imagem 4: Ganhadores in Vianna, *Vou pra Bahia*, p.161.

Este postal é bastante representativo para o tema do cotidiano dos trabalhadores em Salvador no fim do século XIX. Embora sua data seja do início do século XX poderia perfeitamente retratar qualquer um dos cantos identificados no Livro de Matrícula já mencionado mesmo destoando da descrição dos ganhadores. Segundo a descrição de José Silva Campos, os ganhadores ou trabalhadores de canto usavam no serviço diário vestimenta de pano de algodão grosso usado para fazer “calças curtas de cós (de enfiar), que desciam uns 10 cm abaixo dos joelhos, tendo dos lados bolsos de dois palmos de profundidade”. Já os trabalhadores do cais e dos trapiches usavam um camisolão sem

mangas. Na cabeça usavam um gorro de pano de algodão grosso que servia de rodilha para quando precisasse transportar objetos.<sup>186</sup>

Se este postal retratado por J. Mello fosse de um canto pertencente ao *Livro de Matrícula*, poderia então representar o ponto de chegada para Juvêncio, Silvestre, Evaristo, Antônio, Lourenço, Cosme e Simão ao seu posto de trabalho, onde aguardariam pacientemente pela chegada de algum serviço. Para chegar ao trabalho eles se deslocaram de diversas ruas das freguesias de São Pedro, Pilar, Santana, Conceição, Sé, cruzando ladeiras, ruas, becos, fontes, praças e até outros cantos para chegar aos seus locais de filiação.<sup>187</sup>

Estes itinerários foram delimitados pela ação policial no preenchimento do *Livro de Matrícula* cujas informações podiam ser encontradas ao se identificar o nome e canto de pertencimento do trabalhador, o que representou um grande avanço para as políticas de segurança do período. Aqui estes dados servirão como guia para acompanhar os passos de trabalhadores de dois cantos de ganhadores, um de africanos e outro de brasileiros, que foram escolhidos pela proximidade com a região portuária da cidade, onde se reunia um número significativo de ganhadores.

Usando os endereços de moradia e trabalho fornecidos na matrícula de cantos e o mapa de arruamento de Salvador no fim do século XIX, buscamos traçar os prováveis itinerários dos integrantes de cantos, considerando os caminhos mais curtos. A partir de então será possível acompanhar os itinerários de casa para o trabalho, locais de encontro e como os espaços de divertimento estão articulados nestes deslocamentos.

---

<sup>186</sup> José Silva Campos. “Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia. “*Anaes do Arquivo Público da Bahia*. Salvador, nº 29 (1943), p.292.

<sup>187</sup> APB. Polícia. Livro de Matrícula dos ganhadores do Bairro Comercial. Maço. 7116. Os nomes citados são de alguns integrantes do Canto C situado no Caes das Amarras defronte ao Armazém Estrela.

De acordo com Reis, os cantos situados na Cidade Alta e distritos afastados da zona portuária agrupavam cerca de 18 por cento dos trabalhadores, enquanto que na Cidade Baixa estavam reunidos a maioria e os mais numerosos. Isto se justificaria pelas opções de serviço para transporte de mercadorias e bagagem do porto.<sup>188</sup> Por isso os cantos escolhidos estavam situados na Cidade Baixa, mais precisamente na região portuária.

Um dos cantos escolhidos foi o PP, assim identificado na documentação, localizado na Rua Nova das Princesas (1),<sup>189</sup> formado apenas por africanos. Conforme a visualização do mapa 3, esta rua além de ser rota constante para quem se deslocava para a região portuária também era endereço de alguns importantes hotéis da época, como Hotel Muller e o Hotel e restaurante La Belle Jardinière. Portanto local de circulação de pessoas que chegavam e saíam da cidade, além das que se dirigiam ao trabalho, como Sr. Tobias. Aos 50 anos de idade, chefiava um grupo de 30 ganhadores em um ponto chave para o fluxo de mercadorias e onde a concorrência era acirrada pela proximidade de outros cantos, como os situados ao longo dos cais, especialmente o das Amarras, Pedroso e do Ouro.<sup>190</sup>

O Canto PP era constituído por africanos com idade que variava entre 42 e 70 anos que se deslocavam todos os dias para trabalhar na região portuária da cidade. Dos 31

---

<sup>188</sup> REIS, João José. “De Olho no canto: Trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Revista Afro - Ásia*, 24, (2000), p. 199-242. Salvador, CEAO / EDUFBA, 2000.

<sup>189</sup> Ver pontos numerados e destacados em vermelho no mapa nº 3 que correspondem às ruas citadas. O mapa base utilizado foi “Irmandade de negros, cantos, fontes e chafarizes” construído por Costa em “Ékabo” para a década de 1850. Os locais de irmandades, fontes e chafarizes foram mantidos e foram inseridos os pontos que orientam os itinerários. Este mapa foi escolhido pelas condições de visualização das ruas. O mesmo foi utilizado para o canto dos brasileiros.

<sup>190</sup> Os cantos de trabalho estão identificados por letras do alfabeto no livro. No mapa o canto PP e os itinerários de seus componentes podem ser identificados pela cor vermelha. APB. Livro de Matrícula, canto PP. Sobre os hotéis do século XIX ver também Olívia Biasin Dias. “*Falla-se todas as línguas: Hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista*”. (Dissertação de mestrado), UFBA, Salvador, 2007).

experientes ganhadores que integravam o canto a maioria residia nas freguesias de São Pedro, Paço e Pilar. Os demais fixaram residência na Sé, Santana e Santo Antônio.<sup>191</sup>

São Pedro foi a freguesia com maior número de trabalhadores dentre eles, reunindo um total de 10 integrantes. Alguns, como Tobias Teixeira Gomes, chefe do canto, se instalaram na Rua Direita do Rosário (2), percorrendo um dos maiores trajetos no deslocamento entre lar e trabalho. Para percorrer este itinerário era preciso cruzar toda a Rua de São Pedro (3) até chegar ao Largo do Teatro São João (4), hoje Praça Castro Alves, depois descer pela Ladeira da Preguiça (5) para sair ao lado da Igreja da Conceição da Praia e de lá seguir em direção a Alfândega Velha (6). Ao cruzar a esquina do Hotel Muller (7) já estariam na Rua Nova das Princesas.

Neste caminho, importantes pontos de circulação ficavam para trás, como a Praça da Piedade, famosa pela concentração de “meninos peraltas” e ponto de reunião de aguadeiros em função do chafariz da Piedade, o largo situado em frente da Igreja de São Pedro, o largo do Acejoli, hoje Dois de Julho, e a praça em frente ao Mosteiro de São Bento. Além disso, por ali também passava quem se deslocava dos outros extremos da Freguesia do São Pedro e da freguesia da Vitória para o centro da cidade, como os comerciantes ao dirigirem-se aos seus estabelecimentos acompanhados ou não de escravos e agregados.<sup>192</sup>

Ana de Lourdes R. da Costa ao pesquisar o trabalho escravo em meados do século XIX, identificou cantos de ganhadores na Freguesia de São Pedro distribuídos pelo Largo

---

<sup>191</sup> O canto possuía 31 ganhadores identificados e apenas um em que as únicas informações eram o estado civil (solteiro) e que se trata de africano liberto.

<sup>192</sup> Sobre o assunto ver Walter Fraga Filho. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Edufba / Hucitec. Salvador/São Paulo, 1996. Segundo Ana de Lourdes R. da Costa, os edifícios religiosos estabeleciam os limites da freguesia: Mosteiro de São Bento, Matriz de São Bento, Igreja do Rosário de João Pereira, Convento das Mercês, Convento de Santa Tereza, Convento da Lapa, Nossa Senhora da Piedade dos Capuchinhos Italianos e a Igreja da Barroquinha. Nesta última teve origem a Irmandade da Boa Morte. Ana de Lourdes R da Costa. “*Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*”, (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1989).

da Piedade, Largo Dois de Julho, Rua do Cabeça, Portão de São Bento e Ladeira de São Bento, mas não encontramos evidências da continuidade destes cantos nas fontes consultadas para o fim do século. Isto em parte pode ser explicado pelo reordenamento dos pontos e tipos de trabalho disponíveis a partir das melhorias de infra-estrutura empreendidas na região portuária. Com o crescimento no movimento de chegada e saída de mercadorias e pessoas os cantos tenderam a se estender pela região de maior procura. O que não significa dizer que as ruas e largos citados perderam importância para a dinâmica da cidade.<sup>193</sup>

O desaparecimento das cadeirinhas de arruar nos cantos foi outra ausência notada nas ruas. Segundo Reis, os ganhadores que ofereciam os serviços de transporte com as cadeirinhas não foram localizadas na matrícula de 1887 mesmo em bairros residenciais onde os bondes puxados a burro já tinham conquistado a preferência das pessoas. Citando Nina Rodrigues, o autor ainda acrescenta que na virada do século os últimos africanos que conduziam cadeirinhas estavam localizados na Ladeira de São Bento e no Largo da Piedade, mas estes também não foram mencionados na matrícula de ganhadores.<sup>194</sup>

Voltando para a localização de ganhadores na freguesia de São Pedro, outros ganhadores tinham no Largo do Teatro São João (4), um dos pontos de encontro quando se dirigiam à Rua Nova das Princesas (1). Para Benedicto Nilson, que vinha da Rua do Fogo (8), para José Gonzaga, que vinha da Rua de Baixo e também para Manoel Rosa e Horácio Antônio Lopes se deslocavam da Rua Nova de São Bento (9) e Rua da Lapa (10). Sobre eles não encontramos outras informações. Aliás, pela proximidade das duas últimas ruas e

---

<sup>193</sup> Costa também informa sobre a existência de um chafariz que existia na Praça da Piedade desde meados do século XIX. Sobre melhoramentos urbanos na segunda metade do século XIX ver Consuelo Novais Sampaio. *50 anos de urbanização. Salvador da Bahia no século XIX*. Odebrecht. Salvador, 2005.

<sup>194</sup> Trilhos Centrais e Trilhos Urbanos as companhias que ofereciam o serviço de transporte em bondes na cidade. REIS. “*De Olho...*”, p. 210 -211.



pelo sentido de união que existia nos cantos, estes dois poderiam também compartilhar laços de vizinhança que se fortaleciam no cotidiano do trabalho.

Da Freguesia de Santana partiam diariamente Salvador Manuel Pedroza, ajudante do capitão do canto de 60 anos, Ernesto Antônio Brandão, de 70 anos, Antônio Cantois de 60 anos, Vicente Ferreira da Silva Baraúna de 40 anos, Militão Marcolino de Souza de 70 anos, Alexandre Raphael de 72 anos, Aleixo Marcolino Maia de 55 anos e Domingos Almeida de 62 anos. Não era um caminho fácil de se fazer, especialmente para idades tão avançadas, mas Ernesto, por exemplo, que saía da Rua do Genipapeiro (11) precisaria passar pelo Largo de São Miguel (12), caminhar um trecho da Rua da Vala (13) até chegar a Baixa dos Sapateiros (14) para percorrer o menor trajeto. Neste caso, poderia vir em companhia de Militão pela Rua do Fogo do Lourenço (15) onde este colega morava; já bem próximos da Baixa dos Sapateiros (14) era a vez de Aleixo e Domingos se juntarem ao grupo. Um pouco mais de Sorte teve Tito Vianna que, segundo a inscrição do Livro de Matrícula, morava em algum ponto do Taboão (16) e economizava tempo para ir e vir do trabalho.<sup>195</sup>

Chegar a Baixa dos Sapateiros (14) significava vencer metade do percurso. Daí em diante ainda era preciso passar pela Rua do Taboão (16) e em seguida descer a Ladeira do Taboão (17) até chegar a Rua Nova do Comércio (18), que aparece na foto abaixo, e seguir em frente até a Rua Nova das Princesas.

---

<sup>195</sup> APB. Livro de Matrícula, canto PP.



Imagem 5: Rua Nova do Comércio, atual Conselheiro Dantas, em 1861 in Sampaio. “50 anos...”, p. 38.

Basta acompanhar os itinerários no mapa para perceber que independentemente do ponto de onde se partisse na Freguesia de Santana, chegando pelo Taboão (16), ou na Freguesia da Sé, chegando pela Ladeira da Misericórdia (19), seria necessário pegar a Rua Nova do Comércio (18) obrigatoriamente para chegar ao Canto PP. Esta foto está datada de 1861, mas as pessoas que transitavam pela na rua poderiam perfeitamente ser alguns dos ganhadores aqui citados ou membros de outros dos vários cantos situados ao longo da Rua Nova do Comércio (18) e Nova das Princesas (1), como os cantos AB e SS.<sup>196</sup>

De acordo com o arruamento da cidade, Jacintho Joaquim Vellozo e Adão José Pequeno, que também integravam o Canto PP e moravam na Freguesia da Sé, precisariam fazer o mesmo trajeto dos demais moradores da Freguesia de Santana, mas por se deslocarem da Rua do Maciel de Cima (20) e Rua das Laranjeiras (21), respectivamente,

---

<sup>196</sup> APB. Livro de Matrícula, canto PP.

estavam mais próximos do Largo de São Miguel (12). Segundo Costa, neste largo existia um canto de negras ganhadeiras além de inúmeras notícias de batuques. Sobre o assunto o *Jornal O Óculo Mágico* de 11 de novembro de 1866 noticiou que:

Existe em São Miguel, duas ou três casas que constantemente se reúne uma grande quantidade de negros, ainda domingo se reuniram e era tal a porção que não cabia dentro da casa, e pela frente e fundo da rua estavam eles sentados. Consta-nos que existe um lugar lá para Brotas e outra para o Cabula, onde todos os domingos há reuniões deles e danças. É necessário todo cuidado e principalmente hoje com a idéia que corre de liberdade.<sup>197</sup>

Para os libertos o fim do cativo representava o abandono das fazendas nas quais muitos deles tinham nascido e vivido, poderia representar o fim de um período de limitações e castigos, poderia ainda significar uma possibilidade de melhoria econômica, a oportunidade de ter uma oficina de porta aberta ou o sofrimento cada dia maior frente a falta de trabalho. Mas, pelo que é possível apreender das fontes, tudo indica que significou o acirramento pelas oportunidades de trabalho a todo modo reinventadas nas ruas da cidade.

De acordo com Jailton Lima Brito, os ideais do movimento abolicionista tomaram corpo na Bahia a partir da década de 1870 com o progressivo envolvimento da sociedade baiana até os últimos anos da década seguinte, limitando-se inicialmente a ações pouco

---

<sup>197</sup> *Jornal O Óculo Mágico* de 11 de novembro de 1866 apud Costa, “*Ekabó...*”, p. 134. O São Miguel era realmente uma região de incidência de sambas e candomblés. Sobre o assunto ver capítulo 1 e mapa 1.

significativas no sentido de promover a efetiva abolição. O que, aos poucos, foi se consolidando até obter apoio da maioria da população.<sup>198</sup>

Segundo Albuquerque, os escravocratas, e certamente parte da sociedade baiana, acreditavam que “corria-se o risco de ver riscada da gramática das relações sociais, junto com a palavra escravo, a condição senhorial dos homens brancos, construída por séculos com tanta eficiência”. Afinal de contas, a proximidade do fim da escravidão, tendo como pano de fundo a progressiva legislação emancipadora, certamente causava além da perda da propriedade o fim das referências fundamentais da constituição da identidade dos proprietários de terra e dos escravos.<sup>199</sup>

Sendo assim, além dos trabalhadores os proprietários tinham sob risco sua própria posição hierárquica na sociedade. O que motivou o comerciante Francisco de Barros, por exemplo, a queixar-se ao delegado que o crioulo Agostinho de Tal invadiu o seu estabelecimento e ameaçou assassiná-lo assim que tivesse oportunidade.<sup>200</sup> De acordo com Albuquerque, o fim da escravidão encorajara o crioulo a acertar contas com o comerciante, talvez por julgar que estaria mais "livre" das represálias da polícia.<sup>201</sup>

Outras denúncias como esta estamparam matérias de jornais da cidade e ajudaram a entender melhor algumas opções por locais de moradia. Em alguns casos era preciso considerar além das condições de sobrevivência, a possibilidade de participação nos

---

<sup>198</sup> BRITO, Jailton Lima. “A abolição na Bahia: uma história política – 1870 – 1888”. (dissertação de mestrado), Salvador, UFBA, 1996. Segundo o autor a adesão baiana aos ideais abolicionistas se expressou através de alforrias voluntárias, organização de eventos para recolher fundos e promoção de fugas.

<sup>199</sup> ALBUQUERQUE. “*A exaltação das diferenças...*”, p. 104.

<sup>200</sup> *Diário do Povo*, 17 de maio de 1888 apud ALBUQUERQUE. “*A exaltação das diferenças...*”, p. 85.

<sup>201</sup> De acordo com as conclusões de Albuquerque em Salvador os conflitos no pós-abolição foram mais discretos que no interior da província e a vinculação entre desordem, vadiagem e população de cor foi insistentemente acionada nos dias que sucederam o treze de maio. Sobre abolição na Bahia ver também FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006. Sobre “idéias” de liberdade em outras províncias ver MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 1998.

divertimentos e de estar perto daqueles e daquelas com os quais foi possível construir laços de amizade. No caso dos africanos, já em idade avançada, isto era tão importante quanto para os jovens brasileiros que se deslocaram de diversas cidades da província e do país para tentar uma outra vida em Salvador. Para Costa, os encontros amorosos também foram motivos para que os homens se deslocassem para a Sé: na Rua das Portas do Carmo (22), Ladeira de São Francisco (23), Rua das Laranjeiras (21), Maciel de Baixo (24) e de Cima (20), Cruzeiro de São Francisco (25) ou na Rua da Ordem Terceira (26) . Estes foram alguns dos redutos de “mulheres de vida desregrada” que também figuravam nas páginas dos jornais. Segundo o *jornal Alabama*, algumas delas causavam verdadeiro escândalo ao “porem-se em fraldas de camisa, ofendendo as famílias com frases grosseiras e insultos”.<sup>202</sup>

O jornal além de denunciar o comportamento que julgava ilegal, ainda recorria à polícia para que tomasse providências, tomando o cuidado de recolher o máximo de detalhes, como no documento que se segue: “Ofício ao Ilma. Sr. Subdelegado da Sé, reclamando de sua autoridade em apoio da moralidade pública torpemente vilipendiada, por umas mulheres de vida desregrada, moradoras ao Cruzeiro de São Francisco, sobrado 15, 1º andar”. O jornal ainda prossegue afirmando que: “estas perdidas dão-se ilimitadamente ao uso de bebedeiras, e quando estão no pifão cometem toda sorte de desatinos, desacatando o decoro publico”.<sup>203</sup>

Pelo que se noticia o conflito entre as moças e as famílias vizinhas ao sobrado era constante e o movimento na casa também. Sobre isso a matéria informa que:

---

<sup>202</sup> *Jornal Alabama* de 22 de março de 1867 apud Costa. “*Ekabó...*”, p. 116.

<sup>203</sup> *Jornal Alabama* de 22 de março de 1867 apud Costa. “*Ekabó...*”, p. 116.

as famílias da vizinhança são atrozmente injuriadas com frases grosseiras e insultuosas, e não é só, dentro de casa, que elas praticam tais desmandos e depravações; por ocasião dos bailes mascarados pintaram a mauta na rua e fizeram mil bandeiras; em vista do que pede-se a S.S. que empregue sua conhecida energia a fim de que tão devassas meretrizes cheguem um melhor comportamento, o que espera-se.<sup>204</sup>

Costa atribui às constantes denúncias na Freguesia da Sé a existência de várias casas de jogos e tavernas que funcionavam até a madrugada. Por este motivo a Sé foi também a freguesia com o maior número de prisões registrada nas rondas policiais e continuou tendo um lugar de destaque nas páginas dos jornais que se dedicaram a noticiar suas visões sobre o cotidiano da cidade.<sup>205</sup> Entretanto, em apenas uma ocorrência poderíamos suspeitar de exercício de prostituição: o caso das quatro mulheres, na primeira parte deste texto, que foram presas por vagar sem destino nas ruas da cidade. Caso contrário, em nenhum momento a documentação policial consultada sequer menciona o assunto, mas seria perfeitamente possível que elas estivessem instaladas nos arredores dos principais hotéis da cidade, na região portuária ou mesmo nas inúmeras lojas da freguesia da Sé. Se existia alguma cumplicidade entre as mulheres e os policiais que fosse capaz de limitar sua ação nas ruas isto seria um motivo para o discurso moralizador do jornal que conclamava uma ação policial mais efetiva no Cruzeiro de São Francisco.

Ocupar os pontos de maior circulação e as localidades próximas do centro da cidade, onde estavam concentrados outros locais de reunião de pessoas, era uma estratégia usada pelas mulheres e que levava a vizinhança às queixas, independente do tipo de freguesia e se estes eram brasileiros ou africanos. Questões semelhantes se repetiram, no

---

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> COSTA. “*Ekabó...*”.

início do século XX, no Rio de Janeiro, entre as chamadas “mulheres de vida fácil” que se dedicavam especialmente a prostituição de janela e os policiais que buscavam moralizar as ruas da cidade. Para Cristiana Schettini Pereira, o policiamento das pessoas associadas a prostituição, no Rio de Janeiro, acirrava o debate sobre a ausência de uma legislação brasileira sobre o status da prostituição e por isso os chefes de polícia e delegados dos distritos centrais da cidade sobre locais, maneiras e horários em que as mulheres identificadas como prostitutas poderiam se expor e circular nas ruas.<sup>206</sup>

Na verdade esta definição, ou melhor, disputa pela ocupação dos espaços estava presente nas letras dos jornais e na ação policial com relação a diversos grupos sociais já vistos até aqui, as prostitutas eram apenas mais um deles fosse no Rio de Janeiro, Salvador ou qualquer outra cidade. Ao passo que estes sujeitos sociais fossem expulsos dos locais que ocupavam iam, aos poucos, se articulando e organizando em outros locais até que sua presença fosse mais uma vez incômoda para a comunidade local e outro processo de expulsão fosse iniciado. Antes que isso acontecesse era possível aproveitar a localização privilegiada para instalação de botequins, realização de sambas, festas e bebedeiras.

Por isso a Taverna Curuzú, localizada no Terreiro de Jesus, era vista como local em que “comete-se actos indecorosos, ofensivos à moral e repugnantes à decência”. O samba que acontecia às noites em um sobrado da Rua da Ordem Terceira sempre incomodava a vizinhança, a Rua das Laranjeiras era vista como “valhacouto de larápios” e o Maciel um local favorável a “sambas desordenados, casas de jogos e ajuntamentos de mulheres pervertidas na mais crapulosa orgia”. A desqualificação dos locais e dos

---

<sup>206</sup> Cristiana Schettini Pereira. “Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas”. (Tese de doutorado), Unicamp, Campinas, 2002. Para saber sobre a repressão a prostituição na Bahia republicana, ver, Nélia Santana. “Prostituição feminina em Salvador (1900-1940)”. (Dissertação de mestrado em História), UFBA, Salvador, 1996.

frequêntadores era importante para impulsionar o processo de “limpeza social” que se estabeleceu com mais ênfase nos últimos anos do século XIX e início do XX.<sup>207</sup>

Jacinto e Adão certamente não foram os únicos a ter a oportunidade de cruzar com sambas e divertimentos próximos de suas casas, pois para quem se deslocava de alguns pontos, como da Rua dos Capitães (27) e Ladeira da Praça (28), esta rotina também era compartilhada e possibilitava algumas vantagens. A começar pelo acesso fácil a duas das mais importantes praças da cidade: Praça Municipal e Largo do Teatro; e pela proximidade de dois acessos à cidade Baixa: Ladeiras da Misericórdia e da Conceição. Além disso, por ali estavam situados vários estabelecimentos comerciais que, com o passar do tempo, acabaram se constituindo como locais de encontro e divertimento no século XIX, como tavernas, pastelarias, botequins e hotéis. Difícil mesmo seria cumprir um dia regular de trabalho com tantas distrações no caminho. Sem falar nos candomblés e sambas espalhados ao longo do trajeto.<sup>208</sup>

Para os demais integrantes do canto que se deslocavam da Rua dos Ossos (29) e do Queimado (30)<sup>209</sup> e do Capim<sup>210</sup> o melhor acesso era pelo Taboão que se configura como um dos principais entroncamentos de circulação de pessoas da cidade, especialmente por ser um local de ligação da cidade baixa com a alta. Por isso foi um local de grande incidência de infrações e de trabalhadores. Outro local de concentração importante foi a Rua do Alvo (31), próxima a Baixa dos Sapateiros, pela incidência de trabalhadores que

---

<sup>207</sup> *Jornal Alabama* de 15 de junho de 1870, 05 de junho de 1868 e 23 de setembro de 1870 apud COSTA. “*Ekabó...*”, p. 116. Sobre o processo de “limpeza social” em Salvador ver FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)”, *Revista Afro-Ásia*, nº 21 (1998-99), pp. 239-255.

<sup>208</sup> APB. Livro de Matrícula, canto PP. Mais detalhes sobre distribuição de locais de religiosidade no capítulo 1.

<sup>209</sup> As ruas Dos Ossos e do Capim extrapolam os limites do mapa e foram representadas nas extremidades por este motivo.

<sup>210</sup> Esta rua não foi localizada no mapa.



por ela passava e por compor umas das rotas de acesso significativas. Segundo Campos, por volta de 1875, “quando a população africana era densíssima”, a Rua do Alvo e Rua dos Nagôs se constituíam como os principais pontos de concentração.

## ----- Mais itinerários de trabalhadores

O outro canto escolhido foi o EE situado na Praça Riachuelo e todo composto por brasileiros. De acordo com o mapa nº 3, sua localização era estratégica entre o Cais das Amarras (32) e a Praça do Comércio (33) e próximo ao Mercado do Ouro (34) <sup>211</sup>. Também ficava muito próximo de locais de grande circulação, como o Hotel Novo Mundo. O que significa dizer que uma parte considerável do movimento de trabalhadores e ganhadores tinha nesta praça um ponto de encontro para espera por serviço. Boa parte da região dos Cais ficava paralela às ruas das Princesas (1) e Nova do Comércio (18), portanto a circulação, o convívio e a concorrência com os africanos e brasileiros de outros cantos era constante.

Segundo Sampaio, na Rua Nova do Comércio (18) se concentravam agências de companhias de transporte de longa distância, principalmente as inglesas que lucraram bastante desde a abertura dos portos no início do século XIX. Dentre as companhias estavam a Cia. de Paquetes entre Southampton, Brasil e Rio da Prata administrada pela firma inglesa F.P. Wilson & Cia. Adiante e a agência da Cia. de Vapores entre Liverpool, Brasil e Rio da Prata, comandada por Benn & Cia. <sup>212</sup>

Vizinhos dos mais ilustres ao Canto dos brasileiros era o Cais das Amarras (32) um dos mais representativos da região portuária e não por acaso o local em que o maior número de cantos se acumulava. Pelo menos 5 deles se concentravam ao longo do Cais, como os Cantos C (em frente ao Armazém Estrela), AO, F (Na 1º escada do caes das

---

<sup>211</sup> Ver pontos numerados e destacados em azul no mapa nº 3. Os pontos numerados com borda azul representam as ruas comuns aos dois itinerários.

<sup>212</sup> SAMPAIO. “50 anos...”, p. 37. Ainda segundo Sampaio, na Direita do Comércio estava o escritório da Cia. de Navegação a Vapor Luso-Brasileira com destino a Corte, partindo de Lisboa com escala na Ilha das Madeiras, Pernambuco e Bahia. No transporte marítimo no interior do Brasil atuava a Empresa de Navegação a Vapor Santa Cruz que fazia a rota entre a Capital e o Sul da Província, Sergipe e Alagoas.

amarras junto à ponte da Companhia Baiana), AE (na terceira escada das Amarras) e LL , compostos por brasileiros e africanos.



Imagem 6: Cais das Amarras em 1861 in Sampaio. “50 anos...”, p. 36.

Pela foto acima podemos perceber a intensidade do movimento de pessoas ao longo da rua fazendo negócios ou aguardando por algum serviço. O postal - foto na página seguinte apresenta o mesmo Cais das Amarras (32) em 1911, quando o movimento de pessoas parece ter crescido um pouco. Com o passar dos anos, o fluxo de pessoas forçava a ocupação da beira do cais ao longo de sua extensão e o número de saveiros fazendo o serviço de transporte também cresceu. O cais continuou figurando como respeitável ponto para o comércio na cidade.<sup>213</sup>

---

<sup>213</sup> VIANNA, Marisa. “... Vou pra Bahia”. Bigraf. Salvador, 2004.



Imagem 7: Cais das Amarras em 1911 in Vianna. *Vou pra Bahia*, p. 32.

Com isso, o movimento de todo o seu entorno também crescia, fazendo com que cada vez mais pessoas se deslocassem em busca dos serviços disponíveis, mercadorias para seus negócios ou para serviço de transporte de pessoas em toda extensão da região portuária.

Outros pontos importantes que estavam situados nas proximidades do Canto eram o Mercado do Ouro (34) e o Cais do Ouro (35), também conhecido como Cais Dourado, que juntos reuniam outro conjunto de cantos de carregadores. Por lá também circulava uma importante fatia das mercadorias que chegavam e saíam de Salvador.<sup>214</sup>

---

<sup>214</sup> QQ, JJ, GG e BV foram alguns dos cantos que funcionavam no Mercado e no Cais do Ouro. APB. Livro de Matrícula, canto EE.



Imagem 8: Cais Dourado em 1861 in Sampaio. “50 anos...”, p. 56.

Na foto acima está o Cais Dourado (35) e no canto esquerdo o prédio onde funcionava o Mercado do Ouro (34) e abaixo um postal datado de 1911 onde podemos ver que as atividades de trabalho no cais continuavam a ser desempenhadas por negros. Pelo número de saveiros ancorados o porto ainda era uma opção para buscar trabalho.<sup>215</sup>

---

<sup>215</sup> Sobre trabalhadores do porto ver Maria Cecília Velasco e Cruz. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930. *Revista Afro - Ásia*, 24, (2000), p. 199-242. Salvador, CEAO / EDUFBA, 2000.



Imagem 9: Cais do Ouro ou Dourado em 1911 in Vianna. *Vou pra Bahia*, p. 79.

De acordo com as imagens, a circulação de mercadorias e o crescimento dos negócios na região portuária tenderam a crescer desde 1861 até o fim do século se prolongando pelo século XX. Este era certamente um bom motivo para o Sr. Marcelino José Ribeiro, capitão do canto EE, continuar reunindo seus 30 comandados na Praça Riachuelo, na certeza de que no decorrer do dia conseguiriam algum serviço. O Canto dos brasileiros apresentava alguns aspectos diferentes com relação ao canto dos africanos, a começar pela média de idade, que no canto variava entre os 23 e 50 anos, e pelos ofícios declarados na matrícula. Sobre a declaração dos ofícios os dados encontrados vão ao encontro das conclusões de Reis de que os africanos libertos omitiram este registro para se

desobrigar da imposição dos impostos referentes aos ofícios. No entanto, este foi mais um modo de obter trabalho que envolveu africanos e brasileiros por longo tempo.<sup>216</sup>

Além de mais jovens os integrantes do canto eram oriundos de diversos pontos da província e do país, delineando outros itinerários que se cruzavam com o dos africanos em pontos específicos, como na Rua do Alvo (31), na Rua das Laranjeiras (21) e no Taboão (16). Grande parte dos trabalhadores do canto EE residia nas freguesias de Santana, São Pedro e Santo Antônio, mas a maior concentração deles estava mesmo em Santana. Dentre os 11 ganhadores, que de lá partiam rumo ao trabalho no Bairro Comercial, 7 vieram de outros recantos fora da capital da província para tentavam sobreviver trabalhando nas ruas da cidade, como Manoel Estevão, preto de 28 anos; Gabriel Guilherme, cabra com 23 anos e Theodozio Bispo, preto de 26 anos eram naturais de Santo Amaro. Estes ganhadores, além de trabalharem no canto, também exerciam os ofícios de marceneiro, tanoeiro e ferreiro, respectivamente.<sup>217</sup>

Mesmo partilhando a mesma naturalidade acabaram inscrevendo três itinerários diferentes: o Manoel precisaria partir do Campo da Pólvora (36) e seguir em direção ao Largo de São Miguel (12), passando pelo Largo do Desterro (37). Percorrendo em seguida um longo trecho da Rua da Vala (13) até o movimentado Canto da Baixa dos Sapateiros (14) para alcançar a Rua (16) e a Ladeira do Taboão (17). O Gabriel tinha algumas opções de trajeto, mas vamos optar pelo que pareceu ser mais freqüente entre as pessoas que circulavam pelo local, observando o mapa 3 é possível perceber estas possibilidades.

---

<sup>216</sup> REIS. “*De Olho ...*”. Ver também o título XVIII do regulamento de 20 de agosto de 1861 in FUNDAÇÃO CULTURAL DA BAHIA E DIRETORIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Legislação da província da Bahia sobre o negro: 1835 – 1888*. Salvador. Fundação, 1996, p 201.

<sup>217</sup> Os ganhadores deste canto eram naturais de Salvador, São Gonçalo, Maceió, Cachoeira, Nossa Senhora do Socorro, Purificação dos Campos, Rio grande do Sul, Santo Amaro, Camamu, Vila de São Francisco, Passé, Sergipe, Valença, Alagoinhas Com relação a naturalidade dos ganhadores ver também REIS. “*De Olho*” e, Wilson Roberto de Mattos. “*Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador / Ba (1850 – 1888)*”, (tese de doutorado), USP, 2000.

Depois de sair da Rua da Ordem terceira de São Francisco (26) o melhor seria seguir pelo Cruzeiro de São Francisco (25) até o Terreiro de Jesus (38) e a partir dali tomar o sentido do Maciel de Cima (20) (ou pela Rua das Portas do Carmo), cruzando a Ladeira do Pelourinho (39) até a Rua (16) e Ladeira do Taboão (17). Theodozio tinha um trajeto muito parecido com o de Gabriel: da Saúde para o Taboão bastava percorrer toda a Ladeira da Saúde (39), seguir pelo Maciel de Cima (20) até a Ladeira do Pelourinho (40) e então chegar a Ladeira do Taboão (17). Aparentemente, não compartilhavam laços de vizinhança, mas parece possível que se encontrassem no trecho da Baixa dos Sapateiros e seguissem juntos até chegar à Praça Riachuelo.

Em poucos casos existiram evidências de que os ganhadores viessem de outras freguesias e cidades do Brasil apenas para trabalhar nos cantos, mas a existência de muitos casos alimenta a hipótese de que a migração de homens negros para os centros urbanos tendeu a crescer mesmo antes da abolição. De acordo com Reis, a maioria dos ganhadores que se dedicava ao serviço de carregar mercadorias pelas ruas da cidade eram naturais de outras cidades baianas e mesmo de outras províncias. Ainda segundo o autor, na Bahia esta foi uma atividade da qual estrangeiros, que não fossem africanos, não participaram, diferente do que aconteceu no Rio de Janeiro, onde os escravos africanos e brasileiros foram gradualmente substituídos pelos imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX.<sup>218</sup>

Segundo Fraga Filho, na Bahia não houve, necessariamente, um abandono dos antigos locais de trabalho por parte dos libertos, mas as evidências apontavam para uma saída gradual ao longo dos anos que se seguiram à abolição. Deste modo, a decisão de

---

<sup>218</sup> REIS. “*De Olho...*”. Sobre o tema da imigração e dos conflitos causados ver Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo. Brasiliense, 1986.



migrar para outras localidades podia estar relacionada com a busca de outras possibilidades de sobrevivência a partir do exercício de sua liberdade longe da autoridade de um senhor.<sup>219</sup>

Dadas as limitações sociais estampadas naqueles que experimentaram o cativeiro, ainda existia a limitação jurídica que os acompanhavam enquanto libertos e mesmo os seus descendentes nascidos livres. Na contramão deste pensamento estava Luis Tarquínio uma das personalidades que se destacou ao demonstrar interesse em transformar escravos em trabalhadores. Segundo Brito, Luiz Tarquínio era de origem pobre e se consolidou como um dos raros casos de ascensão social e econômica na sociedade baiana ao se tornar um rico industrial possuidor de uma grande fábrica têxtil em Salvador. Nesta fábrica mandou construir uma vila operária para os funcionários.<sup>220</sup>

Segundo Brito, em 1885, Luiz Tarquínio coloca no papel sua proposta de para substituição do trabalho escravo em um livro chamado *O elemento escravo e as questões econômicas do Brasil*. Nele defende uma abolição com previsão de indenização para os proprietários, um contrato de locação entre o escravo liberto e o ex-senhor por tempo determinado de 4 anos e salário fixado em 300 réis diários. Além disso, o locador deveria sustentar o locatário em alimentos, roupas, tratamento médico e no enterro dos que falecessem. Ficavam também estabelecidas punições para quem descumprisse o contrato: “O proprietário que deixasse de pagar o salário do locatário ou qualquer imposto que incidisse sobre a propriedade escrava durante seis meses seria punido com a libertação

---

<sup>219</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910)*. Editora da Unicamp, Campinas, 2006.

<sup>220</sup> BRITO, “A abolição na Bahia...”.

total, imediata e gratuita de todos os seus escravos”. Aos escravos caberia a perda do pecúlio no caso de infração.<sup>221</sup>

Outra medida pensada por Tarquínio foi a criação de colônias agrícolas de libertos “nos melhores terrenos que possuir o Estado e nas localidades mais próximas das vias de comunicação”. O terreno cedido por 10 anos depois seria pago por um “diminuto foro”.<sup>222</sup> Esta era mais uma proposta que muito se aproximava do objetivo das autoridades que pretendiam fixar o liberto no campo para afastá-lo dos centros urbanos, mas não parece ter inspirado os legisladores.

Voltando para os integrantes do canto, o preto Luiz da França Miranda e o escravo Leonardo Domingos Sant’Anna, também moradores da freguesia de Santana, ao se dirigirem ao trabalho se deparavam com os africanos no caminho, como era o caso do africano liberto Aleixo Marcolino Maia. Todos residiam na mesma Ladeira do Alvo (41) e precisavam usar a Rua das Flores (42) ou a Baixa dos Sapateiros (14) para alcançar a Ladeira do Taboão (17) e assim começar mais um dia de trabalho<sup>223</sup>. Como nos mapas de prisão de 1887 não apareceram conflitos envolvendo brasileiros e africanos, a convivência entre eles pode ter sido mais pacífica nos fins do século XIX.

Esta é a constatação de Reis ao avaliar o número de cantos chefiados por africanos, mesmo aqueles em que os brasileiros eram maioria. A mudança demográfica que o fim do século apresentava sobre o perfil populacional levou a uma disputa, numericamente muito equilibrada, entre africanos e brasileiros nas ruas. De acordo com o autor os africanos representavam 49% do contingente de ganhadores e cerca de 57% do total de líderes dos

---

<sup>221</sup> BRITO, “*A abolição na Bahia...*”, p. 131 – 132.

<sup>222</sup> BRITO, “*A abolição na Bahia...*”, p. 132.

<sup>223</sup> De acordo com o mapa 3, o mesmo encontro podia acontecer nas Ruas do Genipapeiro e Laranjeiras, que compunham roteiros freqüentes de deslocamento, e em pontos mais afastados do canto, como na Rua da Lapa.

cantos. Isso comprovaria o prestígio alcançado e também o reconhecimento da experiência daqueles que dominaram o serviço de entrega de mercadoria durante muito tempo, mas não isenta a existência de conflitos pontuais.<sup>224</sup>

Quem partia da Freguesia do São Pedro venciam todos os dias os mais longos itinerários percorridos de casa até o trabalho. Esta era a rotina do jovem preto João Guilherme de 25 anos que partia da distante Rua do Rosário de João Pereira (2) para a Praça Riachuelo, mas neste canto tinha gente que vinha de mais longe ainda e precisava cruzar quase metade da cidade até chegar a região portuária. O preto Felício José de Sant'Anna, por exemplo, vinha do Campo Grande (43)<sup>225</sup>, freguesia da Vitória, possivelmente a maior distância a ser percorrida, seguindo pela Rua Direita da Piedade (44) ou pelo Rosário de João Pereira até chegar a movimentada Praça da Piedade (45). Neste ponto ele podia se encontrar com João Guilherme e com Luiz Américo e Vicente de Paula, que vinham da Rua da Lapa (10), para continuarem a segunda parte do trajeto.<sup>226</sup> Ou os rendimentos eram mesmo vantajosos ou a situação de falta de trabalho era mais séria do que os jornais da época nos fazem supor.

Uma possibilidade de avaliação da oferta e procura de serviços poderia ser feita pela avaliação dos anúncios dos jornais, mas nas décadas finais do século XIX esta busca fica mais difícil por conta de um acordo firmado entre os jornais baianos e pelos poucos anúncios encontrados nos jornais disponíveis. Brito, citando Fonseca, informa que em 20 de março de 1872 os jornais *Alabama*, *Jornal da Bahia*, *Correio da Bahia*, *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias* firmaram um acordo de caráter abolicionista no qual:

---

<sup>224</sup> REIS. “*De Olho ...*”.

<sup>225</sup> O Campo Grande estava fora dos limites do mapa por isso foi representado fora dos limites para o período.

<sup>226</sup> Na segunda parte do trajeto Felício, João, Luiz e Vicente passariam pela Rua de São Pedro, Largo do Teatro, Igreja da Conceição da Praia, Rua Nova das Princesas e Rua do Comércio até chegar ao canto EE.

“obriga-se todos de hoje em diante: a não imprimir, quer em jornais, quer em avulsos, anúncios relativos aa fuga, locação, compra ou venda e qualquer outro contrato, embora tais contratos hajam de ser feitos judicialmente; a dar maior publicidade a este acordo e a solicitar para ele a adesão de toda imprensa do Império, e especialmente dos jornais e das tipografias já existentes e que vierem a estabelecer-se nesta província”.<sup>227</sup>

Este acordo foi reiterado em 1881, mas nova edição não participou o jornal *Gazeta da Bahia* por estar ligado a outros interesses. No entanto, durante a vigência do acordo alguns jornais acabaram não sendo tão fiéis a causa, como o jornal *Diário da Bahia* que foi acusado, em matéria publicada pelo Jornal *O Monitor*, de publicar a seguinte notícia: “Atenção – Fugiu em dois do mês de setembro do ano passado de 1875, da fazenda do Mocambinho, o escravo Gregório, etc”. O apoio dos jornais a luta abolicionista pode mesmo ter sido irregular durante o fim do século XIX, mas os anúncios de senhores oferecendo seus escravos foi pequeno nos jornais consultados.

Contudo, a referência aos ofícios foi mais freqüente nas denúncias de mau comportamento dos homens e mulheres nas ruas de Salvador e por estes breves relatos foi possível entender melhor, por exemplo, o cotidiano dos divertimentos e como estes eram vistos pela parte da sociedade que o jornal representava. Assim, no domingo, dia 14 de janeiro de 1877 o jornal *Alabama* publicava uma nota na qual lamentava que

“Não há qualificação por mais desabonadora que possa caber ao proceder de certa gente. Há indivíduos nesta cidade que assentaram de se tornarem celebres pela irregularidade da conduta. Dois desses, entraram numa venda do Rio Vermelho, domingo, e depois de beberem e não quererem

---

<sup>227</sup>Luis Anselmo Fonseca. A escravidão, o clero e o absolutismo. Salvador, FUNDAJ: Editora Massangana, 1988, p. 276 - 277 apud BRITO, “A abolição na Bahia...”, p. 34.

pagar o preço, acometeram o caixeiro, tendo um arrojo de saltar o balcão para ofendê-lo. – aposto que ficaram com a caninha”.<sup>228</sup>

Além do tom irônico das notícias publicadas sempre davam detalhes importantes para a força policial sobre locais de conflito, nomes de envolvidos e mais alguns pormenores, como neste outro anúncio:

“Hontem, às 10h da noite, na rua do Desterro, freguesia de Santana, foi barbaramente espancado o artista pedreiro Manuel Saturnino do Amparo, que pacificamente por ali passava em busca da casa que reside. Atribue Amparo que semelhante agressão partisse de um seu desafeto contra o qual vai hoje apresentar a respectiva queixa em juízo”.<sup>229</sup>

A freguesia de Santana por sinal foi o reduto de morada para a grande maioria de trabalhadores registrados no livro e o Desterro muito próximo de um dos pontos da freguesia conhecido pelos encontros amorosos. Voltando aos itinerários dos integrantes dos cantos PP e EE como referência de circulação de sujeitos sociais, predominantemente africanos no Bairro Comercial vemos que este movimento era completamente imprevisível e não aponta para uma predominância de brasileiros e africanos em locais isolados. Tanto é possível que africanos cruzem por cantos brasileiros para chegar a seu canto de filiação, como aos brasileiros foi possível compartilhar a vizinhança de africanos. Os percursos comuns quase nos fazem esquecer da possibilidade de conflitos em função

---

<sup>228</sup> Jornal *Alabama*, 14 de janeiro de 1877, p. 2.

<sup>229</sup> Jornal *Alabama*, 13 de novembro de 1881, p. 2. Anúncios de profissionais podiam também ser encontrados nos diversos almanaques da cidade, como no Almanaque administrativo, comercial e industrial dos anos 1857, 1862 e 1863 Organizados por Camillo de Lellis Masson. Neles provavelmente os donos de oficina publicavam seus serviços, alguns trabalhavam com outros escravos formados em ofício. Este foi o caso dos ferreiros Domingos Joaquim Alves, Joaquim Coelho da Silva Vale, Rafael Batista Gonçalves, do marceneiro João Mendonça e do Carapina Feliciano Primo Ferreira, este último crioulo filho de africana, pesquisados por Oliveira. Sobre o assunto ver OLIVEIRA, Lysie dos Reis. “A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX”, (Tese de doutorado). UFBA, Salvador, 2006.

da concorrência pelos serviços, mas afinal o que estes caminhos significavam para os chefes de polícia?

----- **“diligência para prender delinquentes”**

Os dados do livro de matrícula rebatidos no mapa 3 demonstram que não existia, necessariamente, uma região da cidade majoritariamente freqüentada pelo grupo de brasileiros ou de africanos. Muito pelo contrário, a possibilidade de encontros aponta para uma convivência pacífica e para a possibilidade de construção de laços de solidariedade, especialmente se considerarmos que os africanos, em sua maioria em idade avançada, estariam muito mais inclinados para compartilhar suas experiências ensinar o que aprenderam que entrar em embate, como bem conclui Reis.

Observando os cantos escolhidos é possível perceber que no canto dos brasileiros existiu uma maioria com residência fixada na freguesia Santana e os africanos na freguesia de São Pedro. Este já era um dado interessante para os chefes de polícia que, pelo fardamento dos ganhadores, podia acionar com muito mais facilidade a identificação daqueles que circulavam na rua. Independente da motivação que cada um teve para a escolha da moradia o que mais interessava era a possibilidade de controle que as informações obtidas no livro podia oferecer.

O roteiro inscrito pelos integrantes do canto dos brasileiros foi o mais comum entre os ganhadores registrados. Pelo menos 27 cantos tiveram seus integrantes espalhados pela Ladeira do Alvo, Rua da Poeira e Saúde, prioritariamente, mas outras ruas da freguesia também eram mencionadas, como a Rua do Paço e da Vala. A pesquisa de Mattos também

aponta para esta conclusão e ainda faz uma estimativa de que 376 ganhadores residiam em Santana, dos quais 167 seriam africanos, ou 44,41%.<sup>230</sup>

Do mesmo modo que o cruzamento de dados do livro conseguia apontar entroncamentos importantes para homens e mulheres, também podia alimentar as ações de segurança pública. Este podia ser o caso do chefe de polícia em exercício em 1884, caso o livro de matrícula de cantos estivesse completamente preenchido nesta data, quando, por ofício, datado de 2 de julho de 1884, levou ao conhecimento do presidente da província, Desembargador João Rodrigues Chaves, a informação apresentada pelo subdelegado da freguesia do Pilar “acerca do conflito que se deu na praça do Caes do Ouro, na madrugada dia 1º daquele mês, entre as praças do destacamento do comércio e alguns ganhadores e saveiristas, resultando sair gravemente ferido um praça, que veio a falecer no hospital de caridade”.<sup>231</sup>

O conflito aconteceu em um dos pontos mais importantes do Bairro Comercial, como vimos anteriormente um local de grande concentração de cantos e de muito movimento. A morte de um praça deve ter causado um grande descontentamento no grupamento policial, mas como proceder as investigações em um local circulado por gente de todo tipo? Como saber quem era quem? Se considerarmos o preenchimento do livro como pista seria impossível responder já que para 1884 apenas uma nomeação foi feita, até então seriam 15 cantos registradas. O que ainda dificultava o trabalho de investigação.

---

<sup>230</sup> MATTOS, “*Negros contra a ordem...*”, p. 75.

<sup>231</sup> Relatório com que o desembargador Joao Rodrigues Chaves passou a administração da província ao Exc. Sr. Desembargador Esperidiao Eloy de Barros Pimentel no dia 10 de setembro de 1884. Typ. do Correio da Bahia, Bahia, 1884. Localizado em [www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22](http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22), acesso em 15/04/06.

Apesar do presidente da província ter oficiado ao chefe de polícia para que fosse informado sobre o resultado do inquérito nenhuma notícia foi encontrada, nem mesmo nos jornais. Mesmo com a gravidade do assunto os jornais consultados não publicaram uma linha sobre o assunto. Nos anos seguintes não houve nenhuma recomendação nos relatórios que apontasse para alguma mudança nas políticas de segurança além do aumento do contingente policial. As principais ações registradas, desde a segunda metade do século XIX, foram os estabelecimentos dos registros de domésticos e ganhadores.

No entanto, as informações não parecem ter sido aproveitadas pela polícia. Provavelmente os registros foram usados muito mais no sentido de coagir uma possível infração daqueles que trabalhavam, após a identificação na polícia, que no planejamento de novas políticas de segurança para a cidade. Na verdade, com a necessidade da nova matrícula de escravos, que a Lei do Ventre livre exigia, e com proximidade da abolição, aos poucos, os discursos de presidentes de província passaram a destacar mais as questões referentes educação e preocupação com os moleques infratores. Apesar de sempre demonstrar preocupação com “A onda sempre crescente da gente sem ocupação que freqüenta as ruas de dia e de noite não pode ser contida sem força pública, e força pública moralizada”.<sup>232</sup>

---

<sup>232</sup> Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Bahia pelo excelentíssimo senhor Barão de S. Lourenço, presidente da mesma província, em 6 de março de 1870. Typografia do Jornal da Bahia, Bahia, 1870. Localizado em [www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22](http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22), acesso em 15/04/06.



## ----- Conclusão

Neste trabalho, procurei demonstrar como o intrincado jogo político, dos fins do século XIX, apontava para o controle ostensivo das ruas, mas ao mesmo tempo como a intensidade de movimentos das ruas também propiciava redefinições de papéis a todo momento. Muitas vezes os oficiais responsáveis pelas rondas também se envolviam nos divertimentos e passavam a aliados dos ditos infratores. Outras vezes agiam com rigor autuando vendedores de pão, tachos e talhos que não tinha licenças para mercadejar nas ruas.

Pelo que foi visto até aqui, não pareceu fácil lutar contra tantas imposições, mas, por outro lado, em nenhum momento ficou explícito que a população negra, liberta, livre ou cativa, deixou de realizar suas principais manifestações culturais, como os batuques e sambas, nem desistiu facilmente de exercer atividades profissionais proibidas pela legislação vigente. Muito pelo contrário. A documentação continuamente apontava para indícios de que era preciso reinventar oportunidades de trabalho, como os oficiais mecânicos que não hesitaram diante da necessidade de se ocuparem em outros serviços.

Para tentar controlar os sujeitos nas ruas as autoridades elaboraram varias estratégias: horários de circulação regulados, proibição de reuniões nas ruas independente do fim, estabelecimento distintivos para este ou aquele grupo, como as inscrições nas camisas ou as cadernetas. Os trabalhadores que estavam à parte, ou à margem, figuravam nos mapas de prisão ou nas infrações de postura. Sandra Jatahy Pesavento, ao citar Robert Castel, define o marginal como aquele que porta em si o signo invertido da norma a que

não obedece ou da qual se afasta.<sup>233</sup> Assim, eram vistos estes infratores pelas autoridades e alguns grupos letrados.

Os cenários dos postais escondem várias histórias de resistência e de criatividade de quem precisava garantir sustento e reafirmar todos os dias a conquista da liberdade. Na contra mão deste movimento de reafirmação estavam os presidentes de província, chefes de polícia, delegados e demais autoridades que agiam segundo o pressuposto de prevenir o caos social causado pelo fim da escravidão e pela popularização das “idéias de liberdade”.

Deste modo, a constituição dos espaços de expressão de culturas negras, terreiros, cantos, chafarizes, para abrigar uma comunidade com interesses e ações, muitas vezes, opostas da sociedade dominante, com outros valores, costumes e culturas, foi, como afirma Nascimento, o resultado de debates e confrontos em que várias formas particulares de ocupação do espaço da cidade estavam sobrepostas.<sup>234</sup>

Todas as prisões, infrações e registro em livros indicaram dados sobre estratégias de sobrevivência, mas existe muito ainda por saber, especialmente sobre o cotidiano dos sem profissão que se confundiam com os vadios da cidade. Por exemplo, pouco se sabe sobre a atividade de outros feiticeiros, como Antão e Domingos Sodré, sobre os conflitos oriundos da implantação dos mercados de alimentos e de outros atrativos disponíveis para quem estava nas ruas.<sup>235</sup>

Pretendemos aqui fazer um estudo inicial de pequenos focos de expressão cultural que foram ganhando corpo e importância a medida que a população negra de Salvador foi

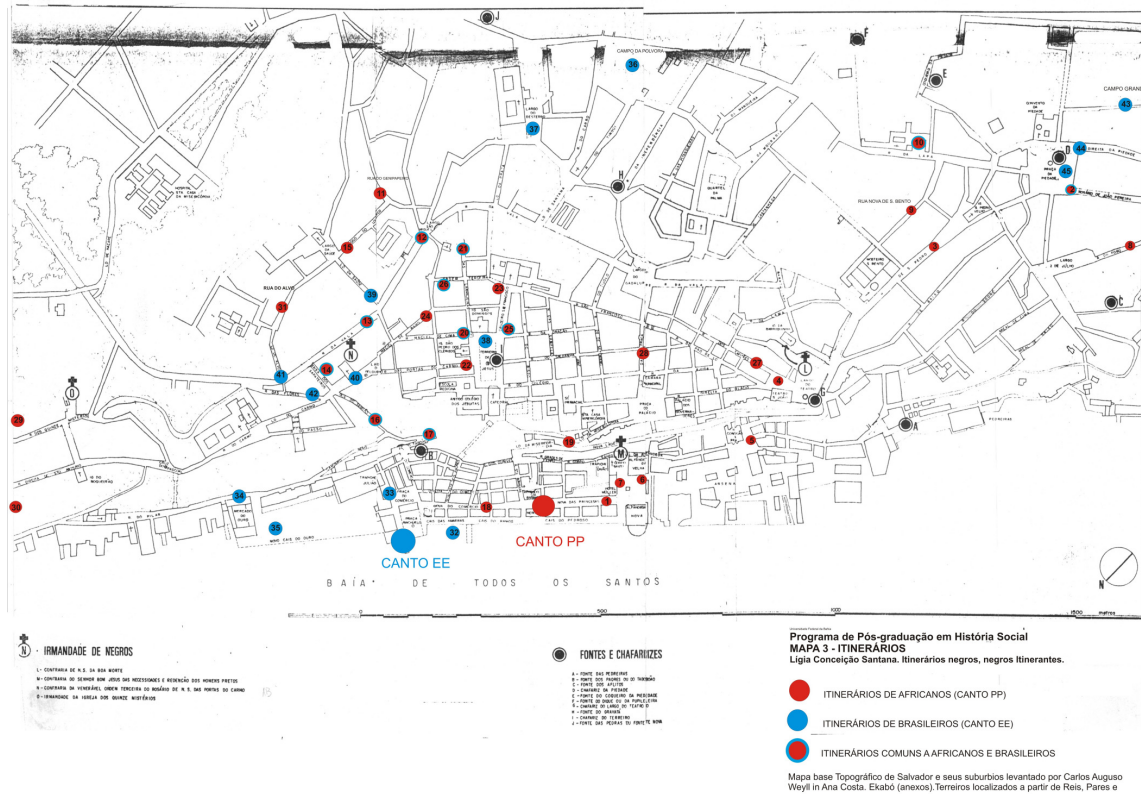
---

<sup>233</sup> Sandra Jatahy Pesavento. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. Nacional, São Paulo, 2001, p. 21.

<sup>234</sup> Anna Amélia Nascimento. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1986.

<sup>235</sup> Dos poucos trabalhos neste tema está o de João José Reis. “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista”. *Revista Afro-Ásia*, 34 (2006).

se libertando do cativeiro. Vimos como a legislação tentou limitar a atuação e o crescimento destes focos e como, a medida que as décadas passavam, casos e mais casos demonstravam que a população negra conseguia construir brechas nestas leis, atuando conforme suas necessidades e convicções.



Mapa 3 - Itinerários do Canto PP e EE

### **Arquivo Nacional**

Manuscritos

Fundo: Ministério da Justiça

Correspondência expedida e recebida –Presidentes das Províncias

Seção dos ministérios, IJ1 – maço 420 / Bahia – 1870 - 1880

Seção dos ministérios, Ij1 – maço 428 / Bahia - 1870 - 1880

Seção dos ministérios, Ij1 – maço 717 / Bahia (1885)

### **Arquivo Público da Bahia**

Impressos

*Jornal Gazeta da Bahia* (1887)

*Jornal Correio da Bahia* (1871 - 1878)

*Jornal Diário da Bahia* (1857 – 1888)

Falas de presidente de Província (1870 – 1887)

Manuscritos

Chefe de polícia – correspondência – maço 2946 (1857)

Chefe de polícia – correspondência – maço 2970 (1870 – 1879)

Delegados – correspondência – maço 2997 (1870 - 1871)

Subdelegados - correspondência – maço 3007 (1870 – 1889)

Polícia – maço 6505 (1870)

Polícia – maço 6506 (1870 – 1887)

Polícia – maço 3030 (1870 – 1875)

Polícia – maço 3080 (1825 – 1889)

Polícia – Atos de criação da Guarda Urbana - maço 2946 (1857)

Inventário

Domingos Joaquim Alves – 05/2189/2658/13

Feliciano José Torres – 05/2172/2641/01

João Ferreira Mendonça – 01/386/744/09

Lázaro da Silva Medões - 05/2122/2591/01

Rafael Batista Gonçalves – 04/1617/2086/04

#### Microfilme

*Jornal Alabama* (1866 – 1887)

*Jornal Gazeta da Tarde* (1881)

*Jornal Gazeta da Bahia* (1879)

#### **Biblioteca Pública do Estado da Bahia**

##### Impressos

*Jornal da Bahia* (1884)

*Jornal Diário da Bahia* (1884)

#### **Centro de Digitalização do Programa de Pós-graduação em História – UFBA**

##### Microfilmes

*Jornal Gazeta da Bahia* (1879)

*Jornal Alabama* (1879)

#### **Fundação Gregório de Matos**

##### Manuscritos

Infração de posturas – caixas 1 e 2 (1860 – 1880)

Posturas Municipais (1830 – 1849)

#### **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

##### Manuscritos

Lista de família – 1872 – Bahia

##### Impressos

Livros de Recenseamento de 1872 – Bahia

Legislação censitária – 1872 e 1890

**Site CRL – Brazilian Series Documents Project**

([www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22](http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22))

Provincial Presidential Reports – Bahia (1869 – 1888)

**Fontes Bibliográficas**

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*, Campinas, Centro de Memória, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. “A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)” (tese de Doutorado, UNICAMP, 2004).

ALGRANTI, Leila Mezan. “Os ofícios e os escravos ao ganho no Rio de Janeiro colonial (1808-1822)”, in Tomás Szmrecanyi (Org.), *História Econômica do Período Colônia*, São Paulo, 1996.

ARAÚJO, Oséas Moreira de. *Notícias sobre a polícia militar da Bahia no século XIX*. Salvador, Polícia militar da Bahia, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

CAMPOS, José Silva. “Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia.” *Anaes do Arquivo Público da Bahia*. 29(1943).

Cecília Moreira Soares. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX” in *Revista Afro-Ásia*, Salvador, 17, 2000, p. 57 – 71.

CHALHOUB, Sidney. “Diálogos políticos em Machado de Assis” in Sidney Chalhoub e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.), *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, São Paulo, Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Farias, Juliana Barreto. “Ganhando as ruas”, *Revista Nossa História*, ano 2, nº. 24, Outubro, 2005, p 23-25.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Artífices mecânicos na cidade de Salvador*. Prefeitura Municipal de Salvador. Departamento de cultura. Salvador, 1974.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KARACH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 - 1850*. Companhia das letras, São Paulo, 2000.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2003.

LIRA, Eneida Mercadante. “Desvendando figurinhas: um olhar histórico para as figurinhas de Guillobel”, (dissertação de mestrado), Unicamp, 2001.



LIRA, Eneida Mercadante. “*Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)*” (tese de doutorado), 2006.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811 – 1860*. São Paulo. Corrupio, 1988.

MATA, Iacy Maia. “*Os treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição 1888-1889*”, (Dissertação de mestrado), Universidade Federal da Bahia, 2002).

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 1998.

MATTOS, Wilson Roberto de. “*Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador / Ba (1850 – 1888)*”, (tese de doutorado), USP, 2000.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no império*, 2ª edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.

MOREIRA, Carlos Eduardo. [et al]. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2006.

MOURA, Denise Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas. Editora da Unicamp, 1998.

NASCIMENTO, Anna Amélia. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1986.

OLIVEIRA, Lysie dos Reis. “*A liberdade que vem do ofício. Práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*”, (tese de Doutorado, UFBA, 2006).

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador 1790-1890*. Corrupio. Salvador, 1988.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas. Editora da Unicamp, 2006.

Pena, Eduardo Spiller. *Pagens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*, Campinas, Editora da Unicamp, 2005.

REGINALDO, Lucilene. “Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista”, (tese de Doutorado, UNICAMP, 2005).

REIS, João José. “De Olho no Canto”, in *Afro - Ásia*, nº. 24, Salvador, Edufba, 1999.

REIS, João José. “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista”. *Revista Afro-Ásia*, 34 (2006).

REIS, João José. “Identidade e diversidades étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”, *Revista Tempo*, 3 (1997).

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

REIS, João José. “De Olho no canto: Trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Revista Afro - Ásia*, 24, (2000), p. 199-242. Salvador, CEAQ/EDUFBA, 2000.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização. Salvador da Bahia no século XIX*. Odebrecht. Salvador, 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F de. “*Entre a pobreza e a propriedade: o pequeno proprietário de escravos em Salvador, 1850 – 1888*”, (dissertação de mestrado), UFBA, 1997.

SILVA, Ana de Lourdes Ribeiro da Costa. “*Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*”, Dissertação de mestrado, Salvador, 1989.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. (Dissertação de mestrado). UFPE, Recife, 2004.

SILVEIRA, Renato da. *O Candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. 1. ed. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Arquivo público do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Luiz Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”, in *Revista da Anpuh*, São Paulo, 1988.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Imego, Salvador, 2002.

TELES, Jocélio dos Santos. “Divertimentos estrondosos: batuque e sambas no século XIX” in Livio Sansone e Jocélio dos Santos Teles (orgs.) *Ritmo em trânsito – sócio-anthropologia da música baiana*. São Paulo. Dynamus, 1998.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*, Salvador, 1973.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas. Escravos e forros em São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Coleção Campiniana 6. Campinas. Centro de Memória, 1996.